

CNPJ: 18.940.098/0001-22

#### RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL

Referência: Concorrência Pública nº 02/2023

Razão Social:		
CNPJ nº:		
Endereço:		
Cidade:		
CEP:		
E-Mail:	_Telefone/Fax:	<del> </del>
Pessoa para contato:		
Recebemos cópia do instrumento con	vocatório da licitação acima	identificada.
Local	, de	de 2023.
	Assinatura	

Sr. Licitante,

Visando à comunicação futura entre este Poder e essa empresa, solicito que Vossa Senhoria preencha o recibo de retirada do edital e remeta à Comissão Permanente de Licitação, por meio do e-mail licitação@buenobrandao.mg.gov.br.

A não remessa do recibo exime a Comissão Permanente de Licitação da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, e de quaisquer informações adicionais.



CNPJ: 18.940.098/0001-22

## EDITAL DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 059/2023 CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2023

PROCESSO Nº. 059/2023

**MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 02/2023** 

REF.: EXECUÇÃO DA OBRA PÚBLICA PARA O TÉRMINO DA CONSTRUÇÃO DA QUADRA POLIESPORTIVA, COMPREENDENDO MATERIAIS E MÃO DE OBRA, CONFORME ANEXOS: PROJETOS; MEMORIAL DESCRITIVO; PLANILHA ORÇAMENTARIA DE CUSTOS, TERMO DE REFERÊNCIA E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO.

TIPO: MENOR PREÇO POR EMPREITADA GLOBAL

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES: até as 10 h do dia 14/04/2023.

**EDITAL COMPLETO**: pode ser adquirido na Prefeitura Municipal de Bueno Brandão, localizada na Rua Afonso Pena, nº 225, Centro, das 9h às 16h ou através do site www.buenobrandao.mg.gov.br.

#### 1 – PREÂMBULO

- 1.1. A Prefeitura Municipal de Bueno Brandão MG, situada na Rua Afonso Pena, nº 225, Centro, no mesmo Município, por meio da Comissão Permanente de Licitações, nomeada e designada pela Portaria Municipal nº 044/2023, 1º de Fevereiro de 2023, torna público que se encontra aberto o presente certame licitatório, na modalidade "CONCORRÊNCIA PÚBLICA", tipo de licitação a de "MENOR PREÇO POR EMPREITADA GLOBAL", o qual será processado e julgado em conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações dadas pela Lei nº. 8.883/94.
- 1.2. Para o recebimento dos envelopes "HABILITAÇÃO" e "PROPOSTA", fica determinado o dia 14 de Abril de 2023 até às 10 horas, o qual deverá ser entregue no Protocolo da Prefeitura, sito na Rua Afonso Pena, nº 225, Centro, nesta cidade.
- 1.3. **O início da abertura dos envelopes ocorrerá às 10 horas**, na Sala de Reuniões, do mesmo endereço e **no mesmo dia mencionado no item 1.2**.

#### 2 - OBJETO

- 2.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta de menor preço, sob o regime de empreitada global, compreendendo MATERIAL E MÃO-DE-OBRA para execução de obra pública para o término da construção da Quadra Poliesportiva, conforme anexos: projetos; memorial descritivo; planilha orçamentária de custos, termo de referência e cronograma físico financeiro, que passam a integrar o presente Edital.
- 2.1.1. A obra será executada através de recurso próprio do município e de recursos oriundo de emenda parlamentar individual federal, já depositados em conta.
- 2.2. A obra está estimada em R\$ 845.430,19 (Oitocentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e trinta reais e dezenove centavos).
- 2.3. As obras deverão ser concluídas no prazo máximo de 06 (seis) meses, contados do



recebimento da ordem de início dos serviços.

### 3 - DAS CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Das restrições. Não poderão participar:
- 3.1.1. Empresa declarada inidônea de acordo com o previsto nos inciso III e IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e que não tenha a sua idoneidade restabelecida;
- 3.1.2. empresa com falência decretada, em liquidação judicial ou extrajudicial;
- 3.1.2.1. É permitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que a mesma apresente um dos seguintes documentos:
- 3.1.2.1.1. Certidão emitida pela instancia judicial competente que certifique que está apta econômica e financeiramente a participar de processo licitatório nos termos das Leis 8.666/93 e 10.520/2002; ou
- 3.1.2.1.2. Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.
- 3.1.3. Empresas em consórcio, pois existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional, suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital o que, diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto, opta-se com base no poder discricionário da Administração por manter a vedação, da participação de empresas em "consórcio" neste certame;
- 3.1.4. suspensa ou impedida de licitar ou contratar com a Administração, ou declarada não idônea para licitar ou contratar com a Administração;
- 3.1.5. a observância das vedações deste item é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.
- 3.2. Das Condições. Poderão participar:
- 3.2.1. Poderão participar do presente certame pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto licitado, que atenderem a todas as condições exigidas no edital.
- 3.2.2. Requisitos para habilitação e cadastro de fornecedores:
- 3.2.2.1. Habilitação Jurídica, conforme o caso consistirá em:
- 3.2.2.1.1. registro comercial, no caso de empresa individual;
- 3.2.2.1.2. ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando se sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;



- 3.2.2.1.3. inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício:
- 3.2.2.1.4. decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir.

#### 3.2.2.2.. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- 3.2.2.2.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda CNPJ/MF;
- 3.2.2.2. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação.
- 3.2.2.2.3. prova de regularidade fiscal junto à Fazenda Municipal de seu domicílio;
- 3.2.2.2.4. prova de regularidade fiscal junto à Fazenda Estadual de seu domicílio;
- 3.2.2.2.5. prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- 3.2.2.2.6. prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS;
- 3.2.2.2.7. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 3.2.2.8. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 3.2.2.2.9. Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME, EPP ou equiparada for declarada vencedora do certamente, prorrogáveis por igual período, a critério do Município, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.
- 3.2.2.2.10. A prorrogação do prazo para a regularização fiscal e trabalhista dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido à Comissão Permanente de Licitação.
- 3.2.2.2.11. Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos 5 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos.



- 3.2.2.2.12. A não regularização da documentação no prazo previsto neste item implicará a inabilitação da ME, EPP ou equiparada.
- 3.2.2.2.13. Quando não houver prazo de validade expresso nos documentos exigidos para habilitação será considerado o prazo de 90 (noventa) dias da data de sua emissão, o qual será observado em relação aos cadastrados e não cadastrados.
- 3.2.2.3. Documentação relativa à qualificação econômico-financeira.
- 3.2.2.3.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante;
- 3.2.2.3.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (2021), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira do licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados pelo INPC Índice Nacional de Preços ao Consumidor quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, mediante apresentação, junto à documentação, de memorial de cálculo assinado pelo contador da empresa.
- 3.2.2.3.2.1. As empresas com menos de um exercício financeiro devem apresentar Balanço de Abertura ou último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.
- 3.2.2.3.2.2. Serão considerados, "na forma da lei", o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:
- 3.2.2.3.2.2.1. publicados em Diário Oficial; ou
- 3.2.2.3.2.2. publicados em Jornal; ou
- 3.2.2.3.2.3. por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante; ou
- 3.2.2.3.2.4. por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento.
- 3.2.2.3.2.2.5. na forma de escrituração contábil digital (ECD) prevista na Instrução Normativa da RFB nº 787, de 19/11/2007, acompanhada da autenticação pela Junta Comercial, conforme disposto no artigo 14, inciso II, da Instrução Normativa nº 107/2008 do DNRC.
- 3.2.2.3.2.3. O Balanço Patrimonial e as demonstrações contábeis apresentadas deverão conter assinatura do representante legal da empresa licitante e do seu contador ou, caso apresentadas por meio de publicação, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade CRC são indispensáveis¹.

 $<sup>^{1}</sup>$  É dispensável a(s) assinatura(s) quando apresentada cópia do livro digital com termo de autenticação da Junta Comercial.



CNPJ: 18.940.098/0001-22

3.2.2.3.3. Análise Contábil-Financeira da empresa, para a avaliação de sua situação financeira, a ser apresentada em memorial de cálculo dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), assinada pelo contador responsável, com as seguintes fórmulas:

- LG = <u>Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo</u> Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo
- LC = Ativo Circulante
  Passivo Circulante
- SG = <u>Ativo Total</u>.

  Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo
- 3.2.2.3.3.1 Será considerada apta financeiramente a empresa que tiver os índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) maiores que 1 (um).
- 3.2.2.3.4. Comprovação de capital social mínimo ou valor do patrimônio da empresa não inferior a R\$ 89.982,33 (Oitenta e nove mil, novecentos e oitenta e dois reais e trinta e três centavos), devendo a comprovação ser feita relativa à data de apresentação das propostas, na forma da Lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

#### 3.2.2.4. Documentação relativa à qualificação técnica:

- 3.2.2.4.1. registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente (CREA ou CAU);
- 3.2.2.4.2. comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação a ser demonstrada mediante apresentação, de atestado(s) fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado devidamente registrado(s) no CREA ou CAU acompanhado da respectiva Certidão emitida por esse Conselho expedida(s) em nome da empresa participante, ou Certidão de Acervo Técnico CAT de profissional, emitida pelo CREA ou pelo CAU, em nome de profissional(is) de nível superior comprovadamente pertencente(s) ao quadro permanente de pessoal da Proponente (sócio ou diretores devidamente comprovados, funcionário com contrato de trabalho permanente ou prestador de serviço autônomo com contrato vigente, na data de entrega da proposta), necessariamente abrangendo:
- Execução de estrutura em concreto armado, cujas dimensões da edificação apresentada na Certidão de Acervo Técnico – CAT seja igual ou maior que 500m².
- 3.2.2.4.2.1. O vínculo empregatício será comprovado mediante apresentação de cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social CTPS e da ficha de registro de empregado.
- 3.2.2.4.2.2. O vínculo de dirigente de empresa será feito através da cópia da ata de eleição ou do contrato social e sua/ou última alteração, conforme o caso, declaratório de sua



CNPJ: 18.940.098/0001-22

investidura no cargo.

- 3.2.2.4.2.3. O vínculo de prestação de serviços autônomos será comprovado mediante apresentação do instrumento vigente de contrato de prestação de serviços ou de cópia autenticada, devendo a avença estar em plena vigência na data de apresentação da proposta.
- 3.2.2.4.2.4. No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional, como comprovação de qualificação técnica, ambos serão inabilitados.
- 3.2.2.4.2.5. O (s) profissional (is) aqui referido (s), indicado (s) pela licitante para fins de comprovação da capacitação técnica, deverá (ão) assumir o compromisso de participar das obras e/ou serviços licitados, através de declaração, admitida a substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela contratante.
- 3.2.2.4.2.5.1. Se o profissional indicado como responsável técnico for sócio da empresa, fica dispensada a apresentação da declaração prevista no item 3.2.2.4.2.5.
- 3.2.2.4.2.6. Não será admitida a cessão de tecnologia e/ou acervo técnico entre empresas.
- 3.2.2.4.3. Indicação do aparelhamento e do pessoal técnico, adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação.2
- 3.2.2.5. Declaração expressa de que o licitante não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, assinada pelo representante legal do licitante;
- 3.2.3. Deverá ser apresentado juntamente com os documentos de habilitação, Atestado de Visita constando que o licitante visitou e tem pleno conhecimento das obras e serviços a serem executados, dos locais de execução, bem como dos Projetos e Especificações Técnicas e que se sujeita a todas as condições estabelecidas.
- 3.2.3.1. É facultativa a visita da licitante ao local das obras para conhecimento pleno do lugar, ocasião em que lhe será fornecido Atestado de Visita, constante do Anexo II do Edital, documento indispensável a ser incluído no envelope "Documentação".
- 3.2.3.3.1.1. Caso a licitante opte por não efetuar a visita técnica, deverá apresentar "Declaração de Não Visita Técnica", prevista no Anexo III do Edital, documento obrigatório e indispensável a ser incluído no envelope "Documentação".
- 3.2.3.2. O Atestado de Visita será fornecido pela Divisão de Engenharia da Prefeitura Municipal de Bueno Brandão, instalada na Rua Afonso Pena, nº 225, CEP 37578-000, Bueno Brandão, MG.
- 3.2.3.3. As visitas deverão ser marcadas com antecedência e serão realizadas, até o 3º (terceiro) dia anterior à data limite para entrega dos envelopes "Documentação".

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Devem ser indicados expressamente quais são os aparelhamentos que serão utilizados na realização do objeto da licitação, bem como qual será o pessoal técnico, não bastando simples declaração de possuir aparelhamentos e pessoal técnico adequados e disponíveis.



CNPJ: 18.940.098/0001-22

3.2.3.4. A visita técnica terá por finalidade:

- 3.2.3.4.1. conhecimento das áreas e dos locais em que serão prestados os serviços e executada a obra:
- 3.2.3.4.2. solicitação de esclarecimentos necessários a formulação da proposta e futura execução do objeto.
- 3.2.3.4.3. Alegações posteriores relacionadas com o desconhecimento de informações e das condições locais pertinentes à execução do objeto licitado não serão consideradas como argumentos válidos para reclamações futuras, nem tampouco desobrigam a sua execução.
- 3.2.4. A habilitação poderá ser comprovada, também, por Certificado de Registro Cadastral de Fornecedores, expedido pela Prefeitura Municipal de Bueno Brandão, com o prazo dentro da validade, guardada a conformidade do objeto da Licitação com exceção dos itens 3.2.2.3.2, 3.2.2.3.3, 3.2.2.3.4, 3.2.2.4.2 e 3.2.2.4.3, incluindo seus subitens.
- 3.2.5. O licitante que cumprir os requisitos legais para qualificação como Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou equiparada, nos termos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, e que não estiver sujeito a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, caso tenha interesse em usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da lei citada, deverá comprovar sua condição de ME, EPP ou equiparada, por meio de:
- 3.2.6. Se inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a declaração de enquadramento arquivada ou a certidão simplificada expedida pela Junta Comercial, ou equivalente, da sede da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte:
- 3.2.7. Se inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, a declaração de enquadramento arquivada ou a Certidão de Breve Relato do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou equivalente, da sede da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte ou equiparada.
- 3.2.8. Além da documentação prevista nos itens 3.2.6 e 3.2.7, deverá a licitante comprovar sua condição de ME, EPP ou equiparada, por meio de declaração conforme modelo constante do Anexo V.

#### 4 – DA FORMA DE PREENCHIMENTO EXTERNO DO ENVELOPE

4.1. As empresas cadastradas ou não cadastradas deverão indicar na parte externa do envelope:

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL **DE BUENO BRANDÃO - MG** PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2023 CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2023 **ENVELOPE N. 01 "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO"** 



RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DATA DE ABERTURA: 14/04/2023 às 10 horas

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

DE BUENO BRANDÃO – MG

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2023

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2023

ENVELOPE N. 02 "PROPOSTA COMERCIAL"

RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO

DATA DE ABERTURA: 14/04/2023 às 10 horas

### 5 - DO ENVELOPE Nº 01 - "DOCUMENTAÇÃO"

- 5.1. No envelope nº 01 "Documentação", que deverá ser entregue fechado ou lacrado, rubricado no local de seu fechamento, deverão ser apresentados os documentos em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou pelos membros da Comissão Permanente de Licitações, mediante apresentação dos originais para confronto.
- 5.2. O documento original apresentado será devolvido após conferência pela Comissão Permanente de Licitações aos presentes, ficando à disposição os dos não presentes.

#### 6 - ENVELOPE Nº 02 - "PROPOSTA"

- 6.1. No envelope nº 02 "Proposta", devidamente fechado ou lacrado, deverá constar a proposta propriamente dita, datilografada ou escrita de forma legível, redigida em idioma nacional, de forma clara e detalhada, isenta de emendas ou rasuras, rubricada em todas as vias e assinada ao final, juntamente com a planilha e cronograma físico financeiro, devendo constar, sob pena de desclassificação:
- 6.1.1. indicação da empresa: razão social, endereço completo e CNPJ/MF.
- 6.1.2. número da Concorrência Pública;
- 6.1.3. descrição dos materiais e serviços cotados;
- 6.1.4. o preço ofertado de acordo com a planilha orçamentária, sendo que este deverá ser expresso em moeda corrente nacional, devendo ser decomposto em valores unitários, apresentando preço global;
- 6.1.4.1. No preço deverão estar inclusos todos os tributos, obrigações previdenciárias, fiscais, comerciais, trabalhistas, embalagens, tarifas, fretes, seguros, descarga, transporte, material, mão-de-obra, maquinários, equipamentos, ferramentas, insumos necessários, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre a obra, objeto desta licitação, sem a inclusão da expectativa inflacionária ou encargos financeiros.
- 6.1.4.2. A proposta deverá referir-se à integralidade do objeto.



- 6.1.5. Validade da cotação, a contar do último dia previsto para recebimento dos envelopes "Proposta", que deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias.
- 6.1.6. Condições de pagamento.
- 6.1.7. Ao seu final a assinatura e, abaixo, o nome, RG e o cargo de forma legível de quem assinou.
- 6.2. A apresentação da proposta pela licitante significa o pleno conhecimento e integral concordância com as cláusulas e condições desta licitação e total sujeição à legislação pertinente.

#### 7 - DA ABERTURA DOS ENVELOPES E DO JULGAMENTO

- 7.1. A presente licitação será processada e julgada de acordo com o procedimento estabelecido no art. 43 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 7.1.1. Após a entrega dos envelopes pelos Licitantes, não serão aceitos quaisquer adendos, acréscimos, supressões ou esclarecimentos sobre o conteúdo dos mesmos.
- 7.1.2. Os esclarecimentos, quando necessários e desde que solicitados para Comissão Permanente de Licitações, constarão obrigatoriamente da respectiva ata.
- 7.1.3. Se a empresa enviar representante que não seja sócio-gerente ou diretor, far-se-á necessário o credenciamento passado em papel timbrado, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes, inclusive para recebimento de intimações e decisão sobre a desistência ou não de recurso contra a habilitação e julgamento das propostas.
- 7.1.4. A não apresentação do credenciamento não implica a inabilitação do Licitante, mas o impede de discordar das decisões tomadas pela Comissão Permanente de Licitações, durante a sessão de abertura dos envelopes "Documentação" e "Proposta".
- 7.2. Abertura dos envelopes "Documentação".
- 7.2.1. No dia, local e hora designados no preâmbulo deste Edital, na presença dos Licitantes ou seus representantes que comparecerem e demais pessoas que quiserem assistir ao ato, a Comissão Permanente de Licitações, iniciará os trabalhos, examinando os envelopes "Documentação" e "Propostas", os quais serão rubricados pelos seus componentes e representantes presentes, procedendo a seguir à abertura do envelope "Documentação".
- 7.2.2. Os documentos contidos nos envelopes nº 01 serão examinados e rubricados pelos participantes da Comissão Permanente de Licitações, bem como pelas proponentes ou seus representantes presentes.
- 7.2.3. Os procedimentos desta fase serão constados em ata, de forma circunstanciada a respeito, que deverá ser assinada pelos membros da Comissão e pelos representantes presentes, devendo toda e qualquer declaração constar obrigatoriamente da mesma.



- 7.2.4. Se ocorrer a suspensão da reunião para julgamento e a mesma não puder ser realizada no dia, será marcada a data da divulgação do resultado pela Comissão Permanente de Licitações, sendo o resultado publicado no Quadro de Avisos para conhecimento de todos os participantes, bem como a data de abertura do envelope "Proposta".
- 7.2.5. Os envelopes "Proposta" das proponentes "inabilitadas", ficarão à disposição dos licitantes, pelo prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação no Quadro de Avisos, junto à Comissão, a qual devolverá contra-recibo.
- 7.3. Critério para fins de apreciação da documentação:
- 7.3.1. Será inabilitada da presente licitação a Proponente que deixar de atender o solicitado ou não preencher os requisitos previstos neste Edital para a habilitação.
- 7.3.2. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:
- 7.3.2.1. se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- 7.3.2.2. se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- 7.3.2.3. se o licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, a documentação deverá ser apresentada com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;
- 7.3.2.4. serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 7.3.3. Se todos os Licitantes forem inabilitados, a Administração poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação, escoimada da causa que ensejou a inabilitação.
- 7.4. Abertura dos Envelopes "Proposta":
- 7.4.1. Os envelopes "Proposta" das proponentes habilitadas serão abertos, a seguir, no mesmo local, desde que não haja interposição de recursos de que trata o art. 109, I, "a", da Lei Federal nº. 8.666/93. Havendo recurso, a abertura será comunicada aos proponentes através de publicação no Quadro de Avisos ou por intimação pessoal, após julgado o recurso interposto ou decorrido o prazo de interposição.
- 7.4.2. Uma vez abertas, as Propostas serão tidas como imutáveis e acabadas, não sendo admitidas quaisquer providências posteriores tendentes a sanar falhas ou omissões que as ofertas apresentarem em relação às exigências e formalidades previstas neste edital.
- 7.4.3. As Propostas serão rubricadas, examinadas e lidas pelos membros da Comissão Permanente de Licitações, e a seguir colocadas à disposição dos Licitantes para exame e rubrica.



- 7.4.4. Os procedimentos desta fase serão constados em ata, de forma circunstanciada a respeito, que deverá ser assinada pelos membros da Comissão e pelos representantes presentes, devendo toda e qualquer declaração constar obrigatoriamente da mesma.
- 7.4.5. Se o julgamento não ocorrer logo após a abertura dos envelopes, a Comissão Permanente de Licitações divulgará o resultado da presente licitação, através do Quadro de Avisos, ou por comunicado pelo correio com A.R.
- 7.5. Critério para fins de julgamento da Proposta:
- 7.5.1. Desclassificação:
- 7.5.1.1. Serão desclassificadas as Propostas que:
- 7.5.1.1.1. não obedecerem às condições estabelecidas no Edital.
- 7.5.1.1.2. apresente preço global simbólico, de valor zero, superestimado ou manifestamente inexequível, incompatível com os preços e insumos de mercado, assim considerados nos termos do art. 44, § 3º e no art. 48, inc. II, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666/93 notadamente quando inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:
- -média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Prefeitura Municipal de Bueno Brandão, ou
- valor orçado pela Prefeitura Municipal de Bueno Brandão.
- 7.5.1.1.3. contiverem preços excessivos quando comparados com os praticados no mercado e pesquisados por esta, ou seja, apresentem valores acima de R\$ 899.823,30 (Oitocentos e noventa e nove mil, oitocentos e vinte e três reais e trinta centavos), que é tido como preço máximo.
- 7.5.1.1.4. cotarem parcialmente o item;
- 7.5.1.1.5. apresente preço baseado em outras propostas, inclusive com redução sobre a de menor valor;
- 7.5.1.1.6. contenha em seu texto rasuras, emendas, borrões, entrelinhas, irregularidades ou defeito de linguagem capazes de dificultar o julgamento.
- 7.5.1.2. A Comissão Permanente de Licitação poderá, no julgamento das propostas, desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem o seu conteúdo.
- 7.5.1.2.1. Erros de soma e/ou multiplicação apurados nas planilhas, parte integrante dos documentos que deverão constar no envelope "Proposta Comercial", poderão ser corrigidos de forma a prevalecer, sempre, o valor total menor ou igual ao valor global apontado no documento "Proposta Comercial", após diligência e anuência do licitante.
- 7.5.1.2.1.1 A correção efetuada constará da ata de julgamento, podendo ser objeto de



diligência, se necessário.

- 7.5.1.3. A falta de data e/ou rubrica da proposta somente poderá ser suprida pelo representante legal presente à reunião de abertura dos envelopes "PROPOSTA COMERCIAL" e com poderes para esse fim, sendo desclassificada a licitante que não satisfizer tal exigência.
- 7.5.1.4. A falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá, também, ser suprida com aqueles constantes dos documentos apresentados dentro do Envelope DOCUMENTAÇÃO.
- 7.5.1.5. Se todas as Propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos Licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para reapresentação de outra, escoimada da causa que ensejou a desclassificação.

#### 7.5.2. Classificação:

- 7.5.2.1. Após o exame das Propostas, a Comissão fará a classificação das mesmas, levando-se em conta exclusivamente o MENOR PREÇO POR EMPREITADA GLOBAL.
- 7.5.2.1.1. a classificação se fará pela ordem crescente dos preços propostos e aceitáveis, constando da ata até o terceiro colocado por item.
- 7.5.2.1.2. no caso de empate, entre duas ou mais propostas, o desempate far-se-á nos termos do § 2º do art. 45 da Lei nº 8.666/93.
- 7.5.2.1.3. no julgamento das propostas não serão consideradas ofertas e outras informações não solicitadas neste instrumento ou em diligências.
- 7.5.2.2. Fica assegurado às microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadasa preferência na contratação em caso de empate.
- 7.5.2.2.1. Para essa finalidade, será considerado empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
- 7.5.2.2.2. Ocorrendo a hipótese contida no subitem anterior, a microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.
- 7.5.2.2.3. Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 7.5.2.2.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 7.5.2.2.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas que se encontrem no intervalo declinado no subitem 7.5.2.2.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



- 7.5.2.2.5. Na hipótese de nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada exercer o direito de preferência ou não atender às exigências do edital, a empresa não enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada que apresentou o menor preço permanece na posição de melhor classificada.
- 7.5.2.2.6. O disposto no subitem 7.5.2.2 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada.
- 7.5.3. Da adjudicação e homologação:
- 7.5.3.1. Caberá à autoridade que determinou a abertura do processo licitatório, a decisão sobre a homologação do procedimento e a adjudicação do objeto da licitação.
- 7.5.4. Da publicidade dos atos:
- 7.5.4.1. Da habilitação ou inabilitação, classificação, adjudicação e homologação, dar-se-á conhecimento aos Licitantes através de publicação no Quadro de Avisos ou por comunicação pelo correio com A.R.

### 8 – DO PRAZO E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO E DA GARANTIA

- 8.1. O adjudicatário deverá assinar o Contrato dentro do prazo de 5 (cinco) dias consecutivos, a partir do comunicado expedido pela Administração.
- 8.1.1. Fica designado como local para assinatura do Contrato a sede da Prefeitura Municipal, no endereço mencionado no preâmbulo deste Edital.
- 8.1.2. O prazo concedido para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso, pela parte, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.
- 8.2. Nos termos do § 2º do art. 64 da Lei Federal n. 8.666/93, poderá a Administração, quando o convocado não aceitar ou não assinar o contrato, no prazo e condições estabelecidos, convocar os Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazêlo em igual prazo e nas mesmas condições da primeira classificada, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação independentemente da cominação do art. 81 da Legislação citada.
- 8.3. Para garantia de execução do contrato, a licitante vencedora deverá optar por uma das modalidades de garantia previstas no art. 56 da Lei nº 8.666/93, que corresponderá a 3% (três por cento) do valor do contrato, podendo ser atualizada nas mesmas condições do mencionado artigo.
- 8.3.1. A garantia prestada pela contratada será liberada ou restituída após o término do contrato e responderá pelo inadimplemento das obrigações contratuais e por todas as multas impostas à contratada.



- 8.4. Após a assinatura do contrato, deverá ser apresentada a Anotação de Responsabilidade Técnica ART ou Registro de Responsabilidade Técnica RRT, devidamente quitada pela execução das obras.
- 8.5. Farão parte integrante do contrato todos os documentos constituintes do processo da presente licitação.
- 8.6. O contrato poderá ser aditado, quando necessário, na forma da Lei.

#### 9 – DA CONCLUSÃO DAS OBRAS

- 9.1. A entrega da obra, objeto do presente certame licitatório, deverá ser efetivada no prazo de 06 (seis) meses contados da data de recebimento da ordem de início dos serviços.
- 9.2. Após a conclusão das obras e serviços o local deverá ficar completamente livre de obstáculos e entulhos, assegurando dessa forma a livre circulação de pedestres e mobiliários.

#### 10 - DO RECEBIMENTO DA OBRA

- 10.1. Concluídas as obras, objeto desta licitação, a contratada solicitará sua aprovação através da Secretaria Municipal de Obras, que fará todas as observações que julgar necessárias, rejeitando as obras que não tenham sido executadas nos termos editalícios e contratuais. Nesta hipótese será dado um prazo de 10 (dez) dias para que a contratada, às suas expensas, complemente ou refaça as obras rejeitadas. Aceitas as obras, pelo Secretário Municipal de Obras, emitirá certificado definitivo de recebimento das obras objeto da licitação, o que possibilitará a liberação da garantia de execução.
- 10.2. A fiscalização das obras contratadas será efetuada por técnicos do Município, que deverão solicitar e assim dispor de amplo acesso às informações e serviços que julgarem necessários.
- 10.3. Obras e serviços incompletos, defeituosos ou em desacordo com os Projetos e Especificações Técnicas deverão ser refeitos imediatamente, não cabendo à empresa executora o direito à indenização, ficando a mesma sujeita às sanções previstas no presente Edital.
- 10.4. O documento hábil para aferição, comprovação e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução das obras, objeto do presente contrato, poderá ser o Diário de Obras, onde, tanto a CONTRATADA quanto à fiscalização deverão lançar e anotar tudo que julgarem conveniente, buscando a comprovação real do andamento das obras e execução dos termos do presente contrato, sendo visado, diariamente, por representante credenciado de ambas as partes.

#### 11 - DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado pela Tesouraria da Prefeitura em parcelas correspondentes à conclusão das etapas e fases previstas no cronograma físico e financeiro, em até 5 (cinco) dias contados da apresentação da Nota de Empenho e nota(s)



CNPJ: 18.940.098/0001-22

fiscal(is) correspondente (s) que será(ao) atestada(s) pela Administração.

- 11.1.1. O pagamento das parcelas dependerá de medições a serem feitas de acordo com o estabelecido no cronograma físico e financeiro.
- 11.1.2. O pagamento relativo à última parcela deverá ser realizado após a conclusão e recebimento definitivo da obra atestado pela Secretaria de Obras, Viação e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Bueno Brandão.
- 11.2. No ato da retirada da nota de empenho e/ou ordem de fornecimento a empresa deverá apresentar, prova de situação regular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social -INSS e Fundo de Garantia por Tempo de Serviços - FGTS (Certidões Negativas de Débitos - CNDs).
- 11.3. O valor contratado não será reajustado, razão pela qual as propostas deverão atentar para o disposto no art. 8º da Lei nº. 8.666/93.

### 12 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas correrão à conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Ficha - 264 - 0208 00 154510010 1214 449051

Ficha - 620 - 0208 00 15451 0010 1214 449051

Ficha - 630 - 0208 00 15451 0010 1214 449051

#### 13 – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

13.1. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) de acordo com o que preceitua o art. 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666/93.

### 14 - DAS SANÇÕES

- 14.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido pela Administração caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, ficando sujeito, a critério da Administração e garantida a prévia defesa, às penalidades estabelecidas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei Federal n. 8.666/93 e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do ajuste.
- 14.1.1. O disposto no item 14.1. não se aplica aos Licitantes convocados nos termos do item 8.2., que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pelo primeiro adjudicatário, inclusive quanto a preço e prazo.
- 14.2. Pelo atraso ou demora injustificados para o início dos serviços ou para a entrega total desses ou nas etapas dos mesmos, além do prazo estipulado neste Edital, aplicação de multa na razão de 2% (dois por cento), por dia de atraso ou de demora, calculado sobre o valor total da proposta, até 10 (dez) dias consecutivos de atraso ou de demora. Após esse prazo, poderá, também, ser rescindido o contrato e imputada à licitante vencedora, a pena prevista no art. 87, III, da Lei nº. 8.666/93, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses.



CNPJ: 18.940.098/0001-22

- 14.3. Pelo atraso ou demora injustificados superiores a 10 (dez) dias consecutivos, aplicarse-á multa de 3% (três por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso, até 15 (quinze) dias consecutivos de atraso ou de demora. Após esse prazo, poderá, também, ser rescindido o contrato e imputada à licitante vencedora, a pena prevista no art. 87, III, da Lei nº. 8.666/93, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses.
- 14.4. Quando da reincidência em imperfeição já notificada pelo Município, referente aos serviços executados, aplicação de multa na razão de 3% (três por cento) do valor total da proposta por reincidência, sendo que a licitante vencedora terá um prazo de até 10 (dez) dias consecutivos para a efetiva adequação dos serviços. Após 03 (três) reincidências e/ou após o prazo para adequação, poderá, também, ser rescindido o contrato e imputada à licitante vencedora, a pena prevista no art. 87, III, da Lei 8.666/93, **pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses.**
- 14.5. Entrega em desacordo com o solicitado, aplicação de multa na razão de 10% (dez por cento), do valor total da proposta, por dia, que não poderá ultrapassar a 10 (dez) dias consecutivos para a efetiva adequação dos serviços. Após 03 (três) ocorrências e/ ou após o prazo para adequação, poderá,também, ser rescindido o contrato e imputada à licitante vencedora, a pena prevista no art. 87, III, da Lei nº. 8.666/93, **pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses.**
- 14.6. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei Federal n. 8.666/93 e multa de até 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor do contrato.
- 14.7. Será facultado à licitante, o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas no item 14.
- 14.8. Aplicadas as multas, a administração poderá descontar do primeiro pagamento que fizer à Contratada, após a sua imposição.
- 14.9. O licitante que desistir da proposta, após o encerramento da fase de habilitação, deverá justificar comprovadamente as razões do feito, aplicando-se multa de R\$1.500,00 (um mil e quinhentos reais).
- 14.10. As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.

#### 15 - DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 15.1. A rescisão contratual poderá ser:
- 15.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal n. 8.666/93;
- 15.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração.



CNPJ: 18.940.098/0001-22

- 15.2. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 14.6.
- 15.3. Constituem motivos para rescisão do contrato os previstos no art. 78 da Lei Federal nº. 8666/93.
- 15.3.1. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei nº. 8.666/93, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.
- 15.3.2. A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº.8.666/93.

#### 16 - DOS RECURSOS

- 16.1. Somente serão aceitos recursos e impugnações previstos na Lei Federal nº. 8.666/93, os quais deverão ser protocolados exclusivamente no protocolo da Prefeitura, no horário das 9h às 16h,ou enviados através do endereço eletrônico: licitacao1@buenobrandao.mg.gov.br e/ou licitacao2@buenobrandao.mg.gov.br,devendo ser dirigidos à Comissão Permanente de Licitações.
- 16.2. Não serão aceitos recursos ou impugnações enviados via "fax", correio ou qualquer outro meio de comunicação.

### 17 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 17.1. Além das disposições deste edital, as propostas sujeitam-se à Legislação vigente.
- 17.2. A licitante vencedora da presente licitação deverá apresentar a **ART** (**Anotação de Responsabilidade Técnica**) ou **RRT** (**Registro de Responsabilidade Técnica**) do Responsável Técnico pela execução das obras e serviços, sem a qual os mesmos não poderão ser iniciados, juntamente com os dados de identificação de seu preposto, nos termos do artigo 68 da Lei nº. 8.666/93.
- 17.3. Ao Município fica assegurado o direito de revogar ou anular a presente licitação, em parte ou no todo, mediante decisão justificada. Em caso de revogação ou anulação parcial do certame, o Município poderá aproveitar as propostas nos termos não atingidos pela revogação ou anulação e na estrita observância aos critérios previstos neste Edital e na Lei nº.8.666/93 e suas alterações.

#### 18 - DO HORÁRIO E LOCAL DE OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

- 18.1. O Edital poderá ser consultado e obtido junto à Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal, localizada na Rua Afonso Pena, nº 225, Centro, nesta cidade, no horário das09h às 16h, até o terceiro dia anterior ao designado para a abertura dos envelopes contendo a "Documentação" e "Proposta".
- 18.2. Os esclarecimentos referentes ao fornecimento serão prestados pela Comissão



ONI 0. 10.340.030/0001-22

Permanente de Licitação, nos dias úteis, das 09h às 16h, no mesmo endereço mencionado no item anterior.

- 18.3. Compõem o presente instrumento convocatório:
- 18.3.1. Anexo I Modelo de Proposta Comercial;
- 18.3.2. Anexo II Modelo de Atestado de Visita Técnica;
- 18.3.3. Anexo III Modelo de "Não Visita Técnica";
- 18.3.4. Anexo IV Modelo de declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7°, da Constituição da República Federativa do Brasil;
- 18.3.5. Anexo V Minuta de Contrato;
- 18.3.6. Anexo VI Modelo de Declaração de Condição de ME, EPP ou equiparada;
- 18.3.7. Anexo VII Planilha Orçamentária;
- 18.3.8. Anexo VIII Cronograma Físico-Financeiro;
- 18.3.9. Anexo IX Memorial Descritivo;
- 18.3.10. Anexo X Projetos;
- 18.3.11. Anexo XI Termo de Referência.

Bueno Brandão, 09 de março de 2023.

Sílvio Antônio Felix Prefeito Municipal

Francisco de Assis Felix Presidente da CPL

Carla Ribeiro de Melo Membro da CPL Edson Odair Lucas Membro da CPL Aline Coutinho Barbosa Membro da CPL



### ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

	Bueno Brandão,,, de 2023
À PREFEITURA	MUNICIPAL DE BUENO BRANDÃO - MG
Ref.: CONCOR	RRÊNCIA PÚBLICA nº. 02/2023
	Após analisarmos o Edital, e termos pleno conhecimento de se comos executar, sob nossa responsabilidade, pelo regime de empreitada po materiais e Mão de Obra) no valor a seguir:
[···] (·	O preço global proposto para a obra é de R ) conforme planilha de preços e serviço
anexa.	
(	O PRAZO MÁXIMO PARA EXECUÇÃO DA OBRA É DE ) MESES A PARTIR DA ORDEM DE SERVIÇO.
desta data.	A presente proposta é válida pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a part
	Local e Data
С	carimbo e assinatura da Empresa
	Ass.:



CNPJ: 18.940.098/0001-22

### ANEXO II - ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

	Bueno Brandão,	de	de 2023
À PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENO BRANDÃO BUENO BRANDÃO - MG			
Ref.: CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº. 02/2023			
Atestamos que a empresa devidamente credenciado, o Sr, CRE visita técnica em atendimento ao disposto na CONC	EA ou CAU	part	ticipou da
Secretaria de Obras, Viação e	Serviços Públicos		



ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO "NÃO VISITA TÉCNICA"

À	
PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENO BRANDÃO	
BUENO BRANDÃO - MG	
Ref.: CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº. 02/2023	

Eu	(Representante	Legal (	devidamente	gualificado)	da
empresa	` ·	_		• ,	
DECLARO, para os devidos fins	•			•	
licitação, por opção própria, ass	•				
estabelecidas no Edital e se responsabilidade pela ocorrênc	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	•	•	•	•
verificação das condições do lo 02/2023.	ocal de execução o	do objeto	o da Concorré	ència Pública	n.º

DECLARO ainda que estou ciente de que o preço proposto pela empresa está de acordo com as exigências do edital e seus anexos, e assim, dentro desta proposta, assumimos o compromisso de honrar plenamente todas as exigências do instrumento convocatório, sem quaisquer direitos a reclamações futuras, sob a alegação de quaisquer desconhecimentos quanto às particularidades do objeto.

DECLARO, também, estar ciente de que os quantitativos no orçamento apresentado utilizados na elaboração da proposta são de nossa inteira responsabilidade, não cabendo qualquer tipo de reclamação posterior por parte da empresa quanto a estes valores.

Local e data.	
Carimbo e assinatura da Empresa	
Ass.:	



ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII, DO ART. 7º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

### DECLARAÇÃO EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

,	por	intermédio	de	seu	repr		legal	o(a)	Sr(a)
ldentidade nºsob as penas da Lei em cur da República, que não em insalubre e não emprega n	mprim prega	e do CF lento ao disp l menor de d	PF nº osto lezoit	no inci	so Χλ	XIII, do ar	t. 7º da	., DECL Constit	.ARA tuição
Ressalva: emprega menor	, а ра	rtir de quatoı	rze a	nos, n	a con	dição de a	prendi	z ( ).	
		(d	 ata)						
	Assi	inatura, qual (represen	,						

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



CNPJ: 18.940.098/0001-22

#### ANEXO V - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. /2023

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENO BRANDÃO - MG

Contrato nº ./2023 – Processo nº 059/2023 – Concorrência Pública nº 02/2023

Contratante: Prefeitura Municipal de Bueno Brandão.

OBJETO: EXECUÇÃO DA OBRA PÚBLICA PARA O TÉRMINO DA CONSTRUÇÃO DA QUADRA POLIESPORTIVA, COMPREENDENDO MATERIAIS E MÃO DE OBRA, PROJETOS: MEMORIAL ANEXOS: DESCRITIVO: **PLANILHA** ORÇAMENTARIA DE CUSTOS E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, TERMO DE REFERENCIA QUE INTEGRAM O EDITAL.

Valor: R\$

Prazo de execução: 6(seis) meses

Data da Assinatura:

"Termo de contrato que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Bueno Brandão, e a empresa..... tendo por objeto execução de obra pública para o término da construcão quadra poliesportiva, da compreendendo materiais e mão de obra. "

Aos ( ) dias do mês de de 2023, a Prefe	eitura Municipa	il de Bueno Brandâ	ăo– MG, com
sede administrativa na Rua Afonso Pena,	nº. 225, Cent	ro, neste Municípi	o inscrita no
CNPJ/MF sob n°.18.940.098/0001-22, neste	ato representa	da pelo Sr. Silvio A	Antônio Felix,
Prefeito Municipal, doravante denominada	CONTRATAN	TE, e a empresa	i,
inscrita no CNPJ/MF sob nº, o	com sede soci	al	por seu
representante legal, Sr	, doravante	denominada CO	NTRATADA,
resolvem firmar o presente Contrato deco	rrente do Pro	cesso Licitatório i	n° 059/2023,
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2023 p	ela Lei Feder	al nº. 8.666/93 e	mediante as
seguintes cláusulas e condições a seguir enu	ınciadas:		

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. O presente contrato tem por objeto a execução de obra pública para o término da construção da quadra poliesportiva, conforme anexos: Projetos; Memorial Descritivo; Planilha Orçamentária de Custos, Termo de Referência e Cronograma Físico Financeiro, que integram o Edital.
- 1.2. A obra será executada através de recursos próprio do Município e oriundos de emenda parlamentar individual federal, já depositados em conta.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

2.1. A CONTRATADA realizará a totalidade dos serviços descritos na Cláusula Primeira do presente contrato, no prazo de 06 (seis) meses consecutivos, sendo que o prazo de início dos mesmos será contado a partir do recebimento pela CONTRATADA da Ordem de Início de Serviços expedida pela Secretaria de Obras, Viação e Serviços Públicos.



2.2. Local designado para entrega do objeto da contratação: Quadra Poliesportiva, situada na Rua Luís Coutinho da Rocha, s/n, bairro Jardim Nova Suíça, Bueno Brandão – MG.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR e DO REAJUSTAMENTO

- 3.1. Fica ajustado o valor total do presente contrato em R\$.
- 3.2. A presente despesa onerará as seguintes dotações orçamentárias:

Ficha - 264 - 0208 00 154510010 1214 449051

Ficha - 620 - 0208 00 15451 0010 1214 449051

Ficha - 630 - 0208 00 15451 0010 1214 449051

- 3.3. Não haverá reajuste de preços durante o período contratual.
- 3.4. Na hipótese de ocorrer um período igual ou superior a um ano da apresentação da proposta contratada, a mesma poderá ser reajustada, utilizando-se o Índice Nacional de Preços da Construção Civil INCC.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 4.1. O pagamento será efetuado em até 5 (cinco) dias após o encaminhamento à Tesouraria da Prefeitura Municipal da Nota Fiscal Fatura e da apresentação da respectiva documentação fiscal.
- 4.2. O pagamento será efetuado pela Tesouraria da Prefeitura em parcelas correspondentes à conclusão das etapas e fases previstas no cronograma físico e financeiro, em até 05 (cinco) dias contados da apresentação da Nota de Empenho e nota(s) fiscal(is) correspondente (s) que será(ao) atestada(s) pela Administração.
- 4.2.1. O pagamento das parcelas dependerá de medições a serem feitas de acordo com o estabelecido no cronograma físico e financeiro.
- 4.2.2. O pagamento relativo à última parcela deverá ser realizado após a conclusão e recebimento definitivo da obra atestado pela Secretaria de Obras, Viação e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Bueno Brandão.
- 4.3. No ato da retirada da nota de empenho e/ou ordem de fornecimento a empresa deverá apresentar, prova de situação regular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social INSS e Fundo de Garantia por Tempo de Serviços FGTS (Certidões Negativas de Débitos CNDs).

#### CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. Concluídas as obras, objeto desta licitação, a contratada solicitará sua aprovação através da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos que fará todas as observações que julgar necessária, rejeitando as obras que não tenham sido executadas nos termos editalícios e contratuais. Nesta hipótese será dado um prazo de 10 (dez) dias para que a contratada, às suas expensas, complemente ou refaça as obras rejeitadas.



Aceitas as obras, a Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos emitirá certificado definitivo de recebimento das obras objeto da licitação, o que possibilitará a liberação da garantia de execução.

- 5.2. A fiscalização das obras contratadas será efetuada por técnicos do Município, que deverão solicitar e assim dispor de amplo acesso às informações e serviços que julgarem necessários.
- 5.3. O documento hábil para aferição, comprovação e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução das obras, objeto do presente contrato, poderá ser o Diário de Obras, onde, tanto a CONTRATADA, quanto a fiscalização deverão lançar e anotar tudo que julgarem conveniente, buscando a comprovação real do andamento das obras e execução dos termos do presente contrato, sendo visado, diariamente, por representante credenciado de ambas as partes.
- 5.4. Obras e serviços incompletos, defeituosos ou em desacordo com os Projetos e Especificações Técnicas deverão ser refeitos imediatamente, não cabendo à empresa executora o direito à indenização, ficando a mesma sujeita às sanções previstas no Edital e presente contrato.
- 5.5. Não serão aceitos produtos e serviços que não forem de primeira qualidade, ou em desconformidade com as especificações contidas no Edital.
- 5.6. O recebimento definitivo não exime a contratada da responsabilidade pela perfeição, qualidade, quantidade, durabilidade, segurança, compatibilidade com o fim a que se destina e demais peculiaridades dos serviços.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA

6.1. A CONTRATADA fica obrigada a prestar garantia, na forma do art. 56, da Lei nº 8666/93, fixada em 3% (três por cento) do valor do contrato.

### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

- 7.1. Pelo atraso ou demora injustificados para o início dos serviços ou para a entrega total desses ou nas etapas dos mesmos, além do prazo estipulado neste Edital, aplicação de multa na razão de 2% (dois por cento), por dia de atraso ou de demora, calculado sobre o valor total da proposta, até 10 (dez) dias consecutivos de atraso ou de demora. Após esse prazo, poderá,também, ser rescindido o contrato e imputada à contratada, a pena prevista no art. 87, III, da Lei nº. 8.666/93, **pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses.**
- 7.2. Pelo atraso ou demora injustificados superiores a 10 (dez) dias consecutivos, aplicarse-á multa de 3% (três por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso, até 15 (quinze) dias consecutivos de atraso ou de demora. Após esse prazo, poderá,também, ser rescindido o contrato e imputada à contratada, a pena prevista no art. 87, III, da Lei nº. 8.666/93, **pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses.**
- 7.3. Quando da reincidência em imperfeição já notificada pelo Município, referente aos serviços executados, aplicação de multa na razão de 3% (três por cento) do valor total da



proposta por reincidência, sendo que a contratada terá um prazo de até 10 (dez) dias consecutivos para a efetiva adequação dos serviços. Após 03 (três) reincidências e/ou após o prazo para adequação, poderá, também, ser rescindido o contrato e imputada à contratada, a pena prevista no art. 87, III, da Lei 8.666/93, **pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses.** 

- 7.4. Entrega em desacordo com o solicitado, aplicação de multa na razão de 10% (dez por cento), do valor total da proposta, por dia, que não poderá ultrapassar a 10 (dez) dias consecutivos para a efetiva adequação dos serviços. Após 03 (três) ocorrências e/ ou após o prazo para adequação, poderá,também, ser rescindido o contrato e imputada à contratada, a pena prevista no art. 87, III, da Lei nº. 8.666/93, **pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses.**
- 7.5. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei Federal n. 8.666/93 e multa de até 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor do contrato.
- 7.6. Será facultado à licitante, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas nesta cláusula.
- 7.7. Aplicadas as multas, a administração poderá descontar do primeiro pagamento que fizer à Contratada, após a sua imposição.
- 7.8. As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 8.1. A rescisão contratual poderá ser:
- 8.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº. 8.666/93;
- 8.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração.
- 8.2. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas na cláusula 7.5.
- 8.3. Constituem motivos para rescisão do contrato os previstos no art. 78 da Lei Federal nº. 8.666/93.
- 8.3.1. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei nº. 8.666/93, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.
- 8.3.2. A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei n.º 8.666/93.



### CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES

- 9.1. A Contratada se compromete a:
- 9.1.1. Executar o objeto deste contrato conforme Projetos e Especificações Técnicas.
- 9.1.2. Arcar com todas as despesas necessárias à consecução do objeto contratado.
- 9.1.3. Arcar com encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, comerciais, embalagens, fretes, tarifas, seguros, descarga, transporte, material, mão-de-obra, maquinários, equipamentos, ferramentas, insumos necessários, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre a obra resultante deste contrato, bem como os riscos atinentes à atividade.
- 9.1.4. Os preços propostos pela CONTRATADA serão considerados completos e suficientes para a execução de todos os serviços, objeto deste contrato, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação de parte da CONTRATADA.
- 9.1.5. Na hipótese de qualquer reclamatória trabalhista proposta contra a CONTRATANTE pelos empregados da CONTRATADA, esta deverá comparecer espontaneamente em juízo, reconhecendo sua verdadeira condição de empregadora e substituir a CONTRATANTE no processo até sentença final, respondendo pelos ônus diretos e/ou indiretos de eventual condenação. Esta responsabilidade não cessa após o término ou rescisão do presente contrato.
- 9.1.6. Assegurar os empregados contra riscos de acidentes de trabalho.
- 9.1.7. Indenizar terceiros e à Administração todo e qualquer prejuízo ou dano, decorrentes de dolo ou culpa, durante a execução do contrato, ou após o seu término, em conformidade com o artigo 70 da Lei nº. 8.666/93.
- 9.1.8. Cumprir fielmente o contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas.
- 9.1.9. Fornecer toda a mão-de-obra, materiais (conforme Projetos e Especificações Técnicas), ferramentas, equipamentos e maquinários necessários à perfeita execução dos serviços de que trata o presente contrato.
- 9.1.10. Atribuir os serviços a profissionais legalmente habilitados e idôneos.
- 9.1.11. Toda e qualquer impugnação feita pela CONTRATANTE obrigará a CONTRATADA a corrigir ou reparar e efetuar substituição de material e/ou serviço inadequado, sem qualquer ônus à CONTRATANTE, em até 10 dias consecutivos. Não sendo possível, indenizará o valor correspondente, acrescido de perdas e danos.
- 9.1.12. Indicar por escrito, à CONTRATANTE, profissional tecnicamente habilitado, responsável direto pela execução da obra, com a respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) do



CNPJ: 18.940.098/0001-22

Responsável Técnico, sem a qual a mesma não poderá ser iniciada, juntamente com os dados de identificação de seu preposto, nos termos do artigo 68 da Lei nº. 8.666/93.

- 9.1.13. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas.
- 9.1.14. Responder pela qualidade, quantidade, perfeição, segurança e demais características dos serviços, bem como a observação às normas técnicas.
- 9.1.15. Manter limpos os locais dos serviços, fazendo remover o lixo e entulhos para fora do local dos mesmos, em forma periódica.
- 9.1.16. Entregar os serviços completamente limpos, acabados, desembaraçados de equipamentos, máquinas, sobras de material e com todas as instalações em perfeito funcionamento.
- 9.1.17. Assegurar livre acesso por parte da fiscalização a todas as partes dos serviços em andamento.
- 9.1.18. Respeitar as especificações dos Projetos e Especificações Técnicas.
- 9.1.19. Arcar com as despesas com demolições e reparos de serviços mal executados ou errados, por sua culpa.
- 9.1.20. Remover dos locais onde forem executados os serviços, de forma imediata, todo e qualquer material não aprovado pela fiscalização.
- 9.1.21. Chamar a fiscalização com antecedência razoável sempre que houver necessidade.
- 9.1.22. Assumir perante a CONTRATANTE a responsabilidade por todos os serviços realizados.
- 9.1.23. Substituir qualquer material e/ou serviço, quando em desacordo com as respectivas especificações.
- 9.1.24. Efetuar o registro dos serviços no CREA/MGou CAU/MG, em observância ao disposto na Lei nº. 6.496, de 02-09-79.
- 9.1.25. A CONTRATADA não poderá substituir os membros da equipe técnica, salvo casos de força maior, e mediante prévia concordância da CONTRATANTE, apresentando para tal fim, o acervo do novo técnico a ser incluído na equipe, que deverá ser igual ou superior ao anterior.
- 9.1.26. Informar qualquer mudança de endereço, telefone, fax ou outros.
- 9.1.27. Responsabilizar-se pela qualidade das obras, materiais e serviços executados ou fornecidos, inclusive efetuar a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado.



CNPJ: 18.940.098/0001-22

9.1.28. Permitir o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas do CONTRATANTE, bem como dos órgãos de controle interno e externo, a seus documentos e registros contábeis.

- 9.2. A Contratante se compromete a:
- 9.2.1. Fiscalizar, orientar, impugnar, dirimir dúvidas emergentes da execução do objeto contratado.
- 9.2.2. Receber os serviços contratados, lavrar termo de recebimento provisório. Se o objeto contratado não estiver de acordo com as especificações, rejeitá-lo-á no todo ou em parte. Do contrário, após a análise de compatibilidade entre o contratado e o efetivamente entregue, será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo.
- 9.2.3. Efetuar o pagamento nos prazos estabelecidos no presente contrato.

### CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

10.1. O prazo de vigência do presente contrato será até 31-12-2023.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 11.1. O objeto do presente contrato tem garantia de 05 (cinco) anos consoante dispõe o artigo 618 do Código Civil Brasileiro, quando a vícios ocultos ou defeitos da coisa, ficando a CONTRATADA responsável pela solidez e segurança da obra durante este prazo.
- 11.2. A presente contratação reger-se-á pela Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, as quais, juntamente com normas de direito público, resolverão os casos omissos.
- 11.3. Serão partes integrantes do presente contrato guardadas as necessárias conformidades, independente de transcrições ou referências:
- 11.3.1. Todos os elementos técnicos apresentados na CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº. 02/2023.
- 11.3.2. Todos os documentos, pareceres, editais, atas, anexos, propostas constantes do processo da CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 02/2023;
- 11.3.3. As normas técnicas brasileiras e demais especificações técnicas pertinentes.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. Fica eleito o foro da Comarca de Bueno Brandão – MG, para dirimir questões



ON 0. 10.040.000/0001-22

resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

E, por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

MUNICÍPIO DE BUENO BRANDÃO
-CONTRATANTESilvio Antônio Felix
Prefeito Municipal

(Empresa)
-CONTRATADA-

**TESTEMUNHAS:** 

01-

02-



ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME, EPP OU EQUIPARADA

### PROCESSO LICITATÓRIO N.º059/2023 CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º02/2023

A empresa, inscrita no C	
o nº, por intermédio de seu representante leg	. ,
, portador do Documento de Id	
nº, inscrito no CPF sob o nºDECLA	
as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação (incluir a condição da empresa: Microempres	sa (ME),
Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Equiparada), art. 3º da Lei Compleme	
123/2006 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo,	
apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da citada le	∌ĺ.
( ) Declaramos possuir restrição fiscal e trabalhista no(s) documento(s) de ha e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº. 12 para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à cont estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.	23/2006,
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)	
(Local e data)	
(assinatura do representante legal)	



ANEXO VII – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA



CNPJ: 18.940.098/0001-22

ANEXO VIII – CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO



ANEXO IX - MEMORIAL DESCRITIVO



ANEXO X – PROJETOS



CNPJ: 18.940.098/0001-22

### ANEXO XI - TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1- OBJETO:

1.1.O presente Termo de Referência tem por objeto a execução de obra pública para o término da construção da Quadra Poliesportiva.

### 2- DESCRIÇÃO DETALHADA:

- 2.1.O presente Termo de Referência tem como objetivo a escolha da proposta de menor preço, sob o regime de empreitada global, compreendendo MATERIAL E MÃO DE OBRA para a execução de obra pública para o término da construção da quadra poliesportiva, conforme anexos: projeto arquitetônico, memorial descritivo, planilha orçamentária, memória de cálculo, composição de custos, BDI e cronograma físico-financeiro.
- 2.2. A obra será executada através de recurso próprio do município e oriundo de emenda parlamentar federal em conta.
- 2.3. A obra está estimada em R\$ 845.430,19(Oitocentos e quarenta e cinco mil quatrocentos e trinta reais e dezenove centavos).

### 3 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- 3.1. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente (CREA ou CAU).
- 3.2. Atestado registrado no CREA ou CAU ou Certidão de Acervo Técnico CAT de profissional, emitida pelo CREA ou pelo CAU, necessariamente abrangendo:
- Execução de estrutura em concreto armado, cujas dimensões da edificação apresentada na Certidão de Acervo Técnico - CAT seja igual ou maior que 500m².

### 4 - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

**4.1.**O Município de Bueno Brandão iniciou a construção de uma Quadra Poliesportiva com recursos provenientes do Ministério do Esporte, conforme contrato de repasse nº841192/2016/ME/Caixa. Ocorre que o contrato de repasse previa apenas a execução da cobertura e do piso, sendo necessária a execução do fechamento, banheiro e arquibancada para o término da obra.



CNPJ: 18.940.098/0001-22

#### 5- FORMA E LOCAL:

**5.1.** A Contratada deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução contratual, conforme disposto neste Termo de Referência.

5.2. A obra deverá ser concluída no prazo máximo de 06 (seis) meses contados do recebimento da ordem de início dos serviços.

### 6- CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DO OBJETO:

- 6.1. Concluídas as obras, objeto desta licitação, a contratada solicitará sua aprovação através da Secretaria Municipal de Obras, que fará todas as observações que julgar necessárias, rejeitando as obras que não tenham sido executadas nos termos editalícios e contratuais. Nesta hipótese será dado um prazo de 10 (dez) a 30(trinta) dias estipulado pelo fiscal da obra dependendo da complexidade do serviço a ser refeito, para que a contratada, às suas expensas, complemente ou refaça as obras rejeitadas. Aceitas as obras, o Secretário Municipal de Obras, emitirá certificado definitivo de recebimento das obras objeto da licitação, o que possibilitará a liberação da garantia de execução.
- 6.2. A fiscalização das obras contratadas será efetuada por técnicos do Município, que deverão solicitar e assim dispor de amplo acesso às informações e serviços que julgarem necessários.
- 6.3. Obras e serviços incompletos, defeituosos ou em desacordo com os Projetos e Especificações Técnicas deverão ser refeitos imediatamente, não cabendo à empresa executora o direito à indenização, ficando a mesma sujeita às sanções previstas no presente Edital.
- 6.4. O documento hábil para aferição, comprovação e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução das obras, objeto do presente contrato, poderá ser o Diário de Obras, onde, tanto a contratada quanto à fiscalização deverão lançar e anotar tudo que julgarem conveniente, buscando a comprovação real do andamento das obras e execução dos termos do presente contrato, sendo visado, diariamente, por



CNPJ: 18.940.098/0001-22

representante credenciado de ambas as partes.

### 7 - PROCEDIMENTOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

- 7.1. O contrato ou instrumento equivalente oriundo desta contratação terão como responsáveis:
- 7.1.1. GESTOR DO CONTRATO: Josemberg Xavier, Secretário de Obras Viação e Serviços Públicos: e-mail: convenios@buenobrandao.mg.gov.br, telefone: (35) 3463-2310, Ramal 213.
- 7.1.2. FISCAL DO CONTRATO: Jeferson Luiz Bueno da Rosa, Engenheiro Civil, e-mail: engenharia@buenobrandao.mg.gov.br, telefone: (35) 3463-1377.
- **7.2.** Compete ao Gestor do Contrato acima identificado exercer a administração do contrato, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias e acompanhar o prazo de vigência do contrato.
- **7.3.** Compete ao Fiscal do Contrato acima identificado exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor do contrato, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de celebração dos respectivos termos aditivos, etc.
- **7.4.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- **7.5.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da



Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei Nº 8.666, de 1993.

### 8 - REALIZAÇÃO DE VISTORIA:

- **8.1.** Aos interessados será facultada a realização de visita técnica, mediante agendamento, para esclarecimentos de dúvidas relacionadas ao objeto do presente Termo de Referência, bem como para verificar todas as informações relativas à sua descrição.
- **8.2.** A visita poderá ser agendada pelo telefone (35) 3463-2310, das 09 horas às 16 horas, ou pelo e-mail: obras@buenobrandao.mg.gov.br.
- 8.3. Os interessados não poderão alegar desconhecimento das características técnicas dos serviços, mesmo que optem por não vistoriar;
- 8.4. Será de responsabilidade do contratado a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação das instalações, com vistas a proteger o interesse da Administração na fase de execução do contrato.

#### 9- DA GARANTIA:

- 9.1. O objeto do presente Termo de Referência tem garantia de 05 (cinco) anos consoante dispõe o artigo 618 do Código Civil Brasileiro, quando a vícios ocultos ou defeitos da coisa, ficando a CONTRATADA responsável pela solidez e segurança da obra durante este prazo.
- 9.2.O início do período de garantia dar-se-á na data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo da obra.

### 10 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

**10.1.** As despesas correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Ficha - 264 - 0208 00 154510010 1214 449051

Ficha - 620 - 0208 00 15451 0010 1214 449051

Ficha - 630 - 0208 00 15451 0010 1214 449051

#### 11 - DO PAGAMENTO:

11.1. O pagamento será efetuado pela Tesouraria da Prefeitura em parcelas correspondentes à conclusão das etapas e fases previstas no cronograma físico e



CNPJ: 18.940.098/0001-22

financeiro, em até 5 (cinco) dias contados da apresentação da Nota de Empenho e nota(s) fiscal(is) correspondente (s) que será(ao) atestada(s) pela Administração.

- **11.2.** O pagamento das parcelas dependerá de medições a serem feitas de acordo como estabelecido no cronograma físico e financeiro.
- **11.3.** O pagamento relativo à última parcela deverá ser realizado após a conclusão e recebimento definitivo da obra atestado pelo fiscal do contrato.

Josemberg Xavier Responsável pela elaboração do TR

Jeferson Luiz Bueno da Rosa Engenheiro Civil

> Silvio Antonio Félix Prefeito Municipal